

1 Diagnóstico Socioterritorial do Município de São Gabriel do Oeste

A formação histórica da área ocupada pelo Município de São Gabriel do Oeste mostra vestígios do período pré-histórico, como pinturas rupestres encontradas nas furnas da região do Planalto. Além dessas pinturas, foram achados outros restos arqueológicos que atestam a presença dos espanhóis e mostram também o avanço português em terras que outrora foram espanholas pelo Tratado de Tordesilhas.

No início do século XVII, os espanhóis fundaram as missões jesuíticas do Itaim, com finalidade de converter os nativos ao cristianismo. Elas se localizavam na região entre o rio Paraguai e a Serra de Maracaju; e entre o Rio Taquari e o Rio Apa. Entre essas missões estava a de Taquari (Camapuã/Coxim) cuja localização permitia que os espanhóis chegassem ao Rio Paraná onde, mais ao sul, situavam-se suas missões do Guayrá. Para que a obra se tornasse produtiva, além do trabalho de catequese que objetivava manter a população nativa sob controle, os espanhóis introduziram, na cultura indígena, ferramentas feitas de ferro, mudas de plantas vindas da Europa, da Ásia, da África, animais, como o boi, o cavalo, aves, como galinha e outros animais domésticos. Com isso, o conquistador europeu pretendia ter uma produção que lhe desse sustento para suas expedições em busca de metais preciosos. A prosperidade dessa região missionária atraiu os bandeirantes paulistas, caçadores de índios.

No início do século XVIII, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobre, por acaso, ouro em Cuiabá. Essa descoberta propicia a expansão portuguesa para essa região que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha. Acentuaram-se os conflitos entre os conquistadores, principalmente onde, hoje, se situam os Municípios de Camapuã, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso e São Gabriel do Oeste. Em 1723, os irmãos Leme, a serviço da Coroa Portuguesa, se instalaram no povoado de Camapuã, onde fora uma fazenda de gado na missão Taquari, para dar apoio às bandeiras monçoeiras que se destinavam à zona aurífera de Cuiabá.

Nos últimos anos do século XIX, em 1885, Bernardino Ferreira da Cunha e seus descendentes mineiros da cidade de Sacramento, foram alguns dos pioneiros que participaram da ocupação e desenvolvimento dessa região, cuja prosperidade propiciou a vinda das famílias Rosa, Nogueira Guimarães, Garcia e outras.

Até o início da segunda metade do século XX, a base da economia dessa região era a pecuária; a agricultura praticada era a de subsistência, porém algumas propriedades praticavam a cultura do café. Concomitante a essas mudanças, no interior do sul de Mato Grosso (Mato Grosso do Sul), no contexto nacional acelerava-se o processo de urbanização, e na esteira desse processo surgiam os problemas sociais. Campo Grande e demais cidades sul-mato-grossenses viviam essas dificuldades que, somadas às crises no campo, aumentavam as reclamações contra o governo de Cuiabá, o qual não entendia as reivindicações dos sul-mato-grossenses. Muitos fazendeiros da antiga Camapuã participavam ativamente da política do Estado. Alguns tinham residência em Campo Grande para acompanhar atentamente os acontecimentos econômicos, políticos, locais, estaduais e nacionais. Campo Grande, após a regularização das viagens ferroviárias, tornou-se um importante centro de decisão no sul de Mato Grosso, era sede do Comando Militar, e assumia, assim, o status de capital militar do Oeste; tinha uma Diretoria Regional da Companhia da Estrada de Ferro

Noroeste do Brasil, tornando- se o principal entreposto comercial da região.

Passada a fase de estabilização política, a ação dos governos militares, no plano econômico, seguia quatro diretrizes principais: criar e assegurar condições para um crescimento econômico acelerado; consolidar o sistema capitalista no país; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional; e transformar o Brasil em potência mundial.

Em 10 de maio de 1973, Balduino Maffissoni e outros, adquiriram a Fazenda Rosada. Em visita à propriedade, verificaram que a rodovia Campo Grande – Cuiabá, encontrava- se bem adiantada e resolveram implantar um novo povoado. Com a ajuda de Gabriel Abraão, deram andamento ao projeto. A primeira casa construída pertenceu a Ângelo Brizot. Foi elevada a distrito pela Lei nº 3.784, de 30.09.1976 e o Município criado pela Lei nº 74, de 12.05.1980. Comemora- se, no dia 12 de maio, sua emancipação político- administrativa.

Nos anos 70, agricultores do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo chegam à região, atraídos pelo preço das terras, contribuindo para a modernização da agricultura na região. Com a expansão das lavouras de grãos, principalmente da soja, surge o Município de São Gabriel do Oeste, com áreas desmembradas dos Municípios de Bandeirantes, Camapuã, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso.

1.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2010 e a estimativa de 2016, à taxa de 2,41% ao ano, passando de 22.203 para 25.443 habitantes. Essa taxa foi superior à registrada no Estado, que ficou em 1,67% ao ano e superior à cifra de 1,93% ao ano da Região Centro-Oeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no período de 2000 a 2010. A população urbana em 2000 era de 16.821 e em 2010 a passou a ser de 22.203.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças consideráveis no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,17% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 12,2% da população, já em 2010 detinha 31,7% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010, com média de 2,53% ao ano. Crianças e jovens detinham 31,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 5.284 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 25,3% da população, totalizando 5.611 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,09% ao ano), passando de 10.694 habitantes em 2000 para 14.943 em 2010. Em 2010, este grupo representava 67,4% da população do município.

Tabela 1 - População residente por situação de domicílio em São Gabriel do Oeste

Situação do domicílio	(%)	Pessoas
Urbana	86,92	19.300
Rural	13,08	2.903
Total	100	22.203

Fonte: IBGE Censo 2010

A distribuição de renda não equacionada constitui uma incidência de pobreza de 30,60% (Censo IBGE 2010), um indicativo da existência de desigualdades sociais, o que propicia situações de vulnerabilidade e risco social, podendo ser destacadas algumas emergentes e características do Município que demandam atendimento especializado como: taxa de desemprego, população assentada; rural; violência de gênero; exploração sexual de crianças e adolescentes; tráfico de drogas; alto índice de migração, aumento da população idosa, entre outras.

Tabela 3 - Índice de pobreza São Gabriel do Oeste

Índice de Pobreza	%
Incidência de Pobreza	30,60
Incidência da Pobreza Subjetiva	25,47
Índice Gini*	0,44

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 002/2003. *Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

Com um total de 7.078 domicílios no Município, 53,4% têm saneamento adequado. A proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento mensal domiciliar per capita nominal é de 30,6% da população, com renda inferior a ½ salário mínimo, o que reúne 6.794 habitantes, sendo que o total de famílias cadastradas no CADÚNICO em 2017 é de 5.616(SAGI) em um universo de 7.078 domicílios (Censo IBGE 2010).

Tabela 4 - População residente por sexo em São Gabriel do Oeste

População	%
Masculino	50,44
Feminino	49,55
Razão de Sexo	99,99

Fonte: IBGE censo 2010

A população feminina apresenta-se menor que a masculina, como descrito na Tabela 4, correspondendo a 49,55% da população. Quanto aos domicílios Tabela 5, 65,48% deles tem apenas um único responsável, sendo que desses, 19,37% têm como único responsável a mulher e 46,11% como único responsável o homem.

Tabela 5

Unidades domésticas, por pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.

Por pessoas número de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	Unidades domésticas	%
Único responsável – total	4.635	65,48
Com mais de 1 responsável – total	2.443	34,52
Universo de residências	7.078	100

Fonte: IBGE Censo 2010

Tabela 6 - Unidades domésticas, por sexo masculino das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em MS

Homem - único responsável	46,11	%
Homem - com mais de 1 responsável	26,01	%
Homem – total	5.105	Unidades Domésticas

Fonte: IBGE Censo 2010

Tabela 7 - Unidades domésticas, por sexo feminino das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes - MS

Mulher - único responsável	19,37	%
Mulher - com mais de 1 responsável	8,50	%
Mulher – total	1.975	Unidades Domésticas

Fonte: IBGE Censo 2010

Tabela 8 - População que não sabe ler ou escrever por grupo de idade em São Gabriel do Oeste

Grupos de idade %

De 20 a 39 anos	1,3
De 40 a 59 anos	3,4
De 60 anos ou mais	2,6
Total população de 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever	7,7

Fonte: Censo SUAS 2010

1.2 DIAGNÓSTICO POR REGIÕES

O Município conta com sete bairros, dois distritos, três assentamentos e um acampamento; consideraremos neste documento a divisão por regiões que agrupam bairros com características semelhantes, descrevendo as características culturais, sociais, geográficas e econômicas específicas.



Figura 1 - Mapa do Município

O estabelecimento de territórios traçou fronteiras, contemplando pontos de equilíbrio e lideranças urbanas que pudessem liderar o processo de desenvolvimento no seu entorno, ressaltou os pontos em comum e os aspectos de complementaridades da rede de infraestrutura e apoio logístico existente, ou a ser construído, de forma a possibilitar ao poder público definir políticas que efetivamente alavanquem o desenvolvimento regional.

A redução das desigualdades dos bairros depende da definição de estratégias de desenvolvimento com a organização do espaço geográfico. Assim, criaram-se e priorizaram-se territórios para a implantação de políticas perenes de desenvolvimento sustentável no Município, para que essas políticas públicas não sofressem descontinuidade em cada mudança de gestão.

Os territórios de planejamento buscaram estabelecer eixos internos que promovessem o progresso regional, tomando como referência as potencialidades e as fragilidades existentes, que serviram de base para a implementação de políticas e tomadas de decisões, visando implementar ações e estimular atividades econômicas e respeitando as características regionais.

Por meio dos territórios de planejamento, procurou-se traçar políticas estaduais respeitando as condições locais, visando reduzir disparidades entre os territórios e principalmente criando oportunidades de desenvolvimento, estimulando e diversificando a atração de negócios em suas economias, multiplicando as oportunidades e melhorando as condições de vida em benefício das populações locais.

Assim, na ótica do desenvolvimento, comprometido com a busca da redução das desigualdades e, no médio e longo prazo, ampliando-se a integração territorial da economia gabrielense, é que a Vigilância Socioassistencial definiu a criação de nove regiões de planejamento, que agrupam os bairros atualmente existentes, conforme mostra a figura 1: Territórios de Planejamento de São Gabriel do Oeste.

1.3 TERRITORIALIZAÇÃO

Os sete bairros, zona rural, assentamentos e distritos de planejamento em São Gabriel do Oeste resultaram do Estudo da Dimensão Territorial, que identificou espaços que convergem para sete regiões, com dimensões diversificadas e com características semelhantes.

Região 1: Centro e Primo Maffissoni;

Região 2: Jardim Primavera e Amábil Maffissoni;

Região 3: Milani e Loteamento Rui Neves Ribas

Região 4: Jd. Gramado, Loteamento São Cristovão, Loteamento Flor do Cerrado;

Região 5: Loteamento Fênix; Loteamento ABC, Residencial Colinas I e II;

Região 6: Distrito do Areado e Ponte Vermelha;

Região 7: Área Rural.

Tabela 2 - Regiões por Vulnerabilidade:

Agrupamento*	Cor de Referência	Região
DF1	Azul	1
DF2	Verde	2
DF3	Amarelo	3
DF4	Laranja	4
DF5	Vermelho	5,6,7

DF1 aquelas com, melhor Desenvolvimento Familiar, e as DF5 aquelas com situação de alto grau de vulnerabilidade social

Fonte: Vigilância Social. Localização de famílias em situação de vulnerabilidade

1.3.1 Região 1 - Centro e Bairro Primo Maffissoni

A Região 1 é formada por grande extensão territorial, sendo seus dois bairros estão entre os de maiores áreas do Município: Centro e Primo Maffissoni.



Figura 2 - Mapa da Região 1 Fonte: Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste

Constituída por dois bairros, a Região ocupa a maior extensão territorial dentro do Município, perfazendo 25,39% da área total. Limita-se com os bairros Jardim Primavera e Amábil Maffissoni. Ao leste possui limite com a Rodovia BR 163 e bairro Milani e a oeste com área rural.

Tabela 9 - População da Região

Bairro	Nº de habitantes	Densidade Demográfica
Centro	4611	20,8%
Primo Maffissoni	1788	8,1%

Fonte: IBGE Censo 2010

A região foi uma das primeiras povoadas desde a emancipação. É importante salientar que na região estão centralizados os comércios e serviços públicos e privados. No bairro estão localizadas 01 escola municipal, 02 escolas estaduais, 01 centro de educação infantil, 01 Centro de educação Especial (APAE),

Tabela 10 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes

Bairro	Com renda até 80 reais (%)	Com renda até 1/4 do salário mín. (%)	Com renda até 1/2 sal. mín. (%)
Centro			
Primo Maffissoni			

Fonte: MDS/Identificação de localidades e famílias em situação de vulnerabilidade

2.2.1.2 Região 2 - Jardim Primavera e Amábil Maffissoni

A Região 2 é formada por grande extensão territorial, sendo seus dois bairros estão entre os de maiores áreas do Município: Centro e Primo Maffissoni.

É uma Região plana e com densidade demográfica média de 15,1 hab/km².

Constituída por dois bairros, a Região 1. Limita-se com os bairros Jardim Gramado e Amábil Maffissoni. Ao leste possui limite com a Rodovia BR 163 e bairro Milani e a oeste com área rural.

Tabela 9 - População da Região

Bairro	Nº de habitantes	Densidade Demográfica
Jardim Primavera		
Amábil Maffissoni		

Fonte: IBGE Censo 2010

É importante salientar que na região estão centralizados os comércios e serviços públicos e privados

Tabela 10 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes

Bairro	Com renda até 80 reais (%)	Com renda até 1/4 do salário mín. (%)	Com renda até 1/2 sal. mín. (%)
Jardim Primavera			
Amábile Maffissoni			

Fonte: MDS/Identificação de localidades e famílias em situação de vulnerabilidade

2.2.1.3 Região 3 - Jardim Primavera e Amábile Maffissoni

A Região 2 é formada por grande extensão territorial, sendo seus dois bairros estão entre os de maiores áreas do Município: Centro e Primo Maffissoni.

Figura 3 - Mapa da Região 2 Fonte: Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste

É uma Região plana e com densidade demográfica média de 15,1 hab/km².

Constituída por dois bairros, a Região 1. Limita-se com os bairros Jardim Gramado e Amábile Maffissoni. Ao leste possui limite com a Rodovia BR 163 e bairro Milani e a oeste com área rural.

Tabela 9 - População da Região

Bairro	Nº de habitantes	Densidade Demográfica
Jardim Primavera		
Amábile Maffissoni		

Fonte: IBGE Censo 2010

É importante salientar que na região estão centralizados os comércios e serviços públicos e privados

Tabela 10 - Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes

Bairro	Com renda até 80 reais (%)	Com renda até 1/4 do salário mín. (%)	Com renda até 1/2 sal. mín. (%)
Jardim Primavera			
Amábile Maffissoni			

Fonte: MDS/Identificação de localidades e famílias em situação de vulnerabilidade

1.4 DIAGNÓSTICO DAS SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO

A partir das oficinas realizadas na SEMAS, em junho, no período matutino, com equipes do Órgão Gestor Municipal da Assistência Social, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Organizações da Sociedade Civil, foram identificados os maiores problemas da Região, bem como, sugestões de intervenção para melhorar a qualidade dos atendimentos, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Problemáticas apontadas nas regiões e Propostas de intervenção

Causa	Problemática	Proposta de Intervenção
Extensão territorial/diversidade populacional/migração;	Dependência de Drogas Lícitas e ilícitas; Desemprego; População em situação de rua; Trabalho Informal. Famílias vulnerabilizadas	Ampliação de recursos para pagamento de RH e Capital;
Dependência de Drogas Lícitas e ilícitas Falta de oportunidade de trabalho Enfraquecimento e Ruptura de vínculos familiares Problemas na área da saúde (drogas, álcool, PCD, justiça) Desemprego e busca de emprego Falta de acesso às políticas públicas	População em situação de rua, migrantes e trecheiros; Inviabilidade de reinserção social pela baixa incidência de superação do vício; Falta de Política de atendimento à população de rua	Intensificar campanhas e sensibilização Manter parcerias com casa de passagem e organizar Serviço em República; Abordagem qualificada Fomentar ações intersetoriais (saúde, educação e Assistência); Incluir no PPA/Municipal percentual orçamentário destinado à Assistência Social e Saúde para o desenvolvimento de políticas públicas
Falta de incentivo salarial Falta de Concurso Específico para a Política de Assistência Social A não valorização dos trabalhadores do SUAS. Falta de RH capacitados	Falta RH e qualificação o para atendimento da demanda Falta de efetivação de RH conforme NOB-RH Implementação e execução da PNAS	Contratação de Pessoal; Construção e implantação do PCCS e salário de acordo com a NOB/RH Realização e efetivação de concurso público para a pasta de Assistência Social Plano de Capacitação Continuada

RH sem perfil para a política social	(vigilância, busca ativa e plano de inserção)	Roda de estudo por região; Articulação para definir percentual para a SEMAS
A população desconhece seus direitos Ruptura de Vínculos Familiares Preconceito Família mono parental Retenção de cartão de benefícios	Idosos em situação de abandono	Implementar os serviços do CREAS; Implantar serviço de acolhimento; Manter e efetivar o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso Implementar as ações do CRAS e CREAS para informar as famílias sobre os tipos de violência; Fortalecimento da rede
Crescimento dos Assentamentos Não cumprimento das ações dos órgãos competentes na esfera federa: INCRA Falta de qualificação profissional	Grande extensão territorial Agricultores sem terra, habitação, alcoolismo, exploração sexual, abandono de crianças, alimentação Falta de recursos para compra de carro adequado para o local;	Ampliação e adequação dos equipamentos públicos Construção de novos equipamentos Busca de parcerias (intersetorial e rede) Implementar e intensificar as ações da AS nos assentamentos Criação de um comitê intersetorial para discussão das questões indígenas; Previsão de recursos dos tres poderes para compra de veículo para atender população de difícil acesso
Influência de amigos e terceiros; Enfraquecimento de vínculos familiares; Ausência de políticas para atender adolescentes e jovens;	Famílias com indivíduos usuários de substâncias psicoativas;	Buscar parcerias com outras políticas públicas e comprometimento da rede; Realizar campanhas de prevenção e fortalecimento do CREAS; Manter parcerias com OSCs que atendam ações voltadas a este público; Integração entre as políticas de habitação, educação e segurança pública
Impunidade; Omissão de informação por parte dos profissionais;	Violência contra crianças e adolescentes (abuso e negligência) Crianças frequentando o	Implantar as ações do CRAS para prevenção; Efetivação do fortalecimento de vínculos e prevenção de riscos;

Falta de capacitação para o Conselho Tutelar	lixão	Capacitação para o conselho tutelar
Famílias desestruturadas; Políticas públicas insuficientes e segmentadas; Falta de preparo e capacitação dos técnicos para atender as famílias	Grande número de usuários de drogas e cada vez mais jovens Exploração sexual de crianças e adolescentes Falta de qualificação para o emprego	Implementação e fomento da Coordenadoria do Jauventude Termo de compromisso entre as políticas de assistência social, saúde, educação, segurança, etc. Rede de PSAC para atender esses jovens Qualificar mão de obra para estimular o desenvolvimento local
Falta de articulação entre as políticas públicas; Falta de recursos para contratação profissional que ofereça atrativo para os jovens; Uso de drogas e prostituição cada vez mais cedo Desestrutura familiar	Rede de atendimento para crianças e adolescentes Falta de mão de obra qualificada para os serviços Falta de recursos para efetivação do RH	Utilizar todos os meios possíveis para arrecadar ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; Sensibilizar o gestor municipal e os gestores das outras políticas sobre a problemática
Mercado de trabalho restrito Facilidade de acesso às drogas Cultura criada em torno do recebimento de benefícios	Desemprego	Fomentar e incentivar o empreendedorismo e projetos auto sustentáveis; Qualificar conforme demanda territorial

Potencialidades:

Possibilidade de Conhecer e divulgar a diversidade cultural da Região;
Atuação dos CMASs e CMDCA's
CRAS E CREAS em funcionamento;
Órgão Gestor;
Recursos Humanos
Lei do SUAS vigente desde 2010;
Equipamentos disponíveis;